



DOI: 10.30681/issn23163933v29n02/2020p165-193

NARRATIVAS DA FLORESTA: A LITERATURA INDÍGENA NO AMAZONAS

NARRATIVES FROM THE FOREST: AMAZON INDIGENOUS LITERATURE

Renata Beatriz B. Rolon¹
 Francisco Bezerra dos Santos²

Data de recebimento do texto: 19/04/2020

Data de aceite: 15/05/2020

RESUMO: Nosso artigo analisa a produção literária indígena no Amazonas, na tentativa de compreender esse fenômeno recente, mas que apresenta um número expressivo de publicação. Nossas considerações levam em conta as condições histórico-sociais, as condições de produção, os incentivos para publicação e os problemas concernentes à remuneração desses escritores – categorizados como representantes de minorias. São temas importantes para compreendermos o processo de produção de obras indígenas no Brasil, mais particularmente no Amazonas. As implicações dos processos apresentados, permitiu-nos perceber a posição do autor de literatura indígena e avaliar o valor e a pertinência de suas obras em determinadas configurações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura indígena; Produção literária no Amazonas; Formação do campo.

ABSTRACT: Our paper analyses the indigenous literary production in Amazon, trying to understand this recent phenomenon, which have an expressive number of publication. We observed the historic and social conditions, the work production conditions, the incentives for publications and the problems about the remuneration of this writers – categorized as representatives of the minorities. This topics are important to all of us comprehend the production process of indigenous literary works from Brazil, more specifically in Amazon. The inferences of the processes presented made us to understand the position which the author of indigenous literature is seen, also we can to evaluate the value and relevance of his literary works in certain social aspects.

KEYWORDS: Indigenous literature; Literary production in Amazon; Formation of the field.

¹ Doutora em Letras - Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa (USP). Professora adjunta da Universidade do Estado do Amazonas - ENS, e do Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes, PPGLA/UEA. E-mail: renatarolon@hotmail.com

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Letras e Artes pela Universidade do Estado do Amazonas (PPGLA/UEA). E-mail: francisco.santos362@gmail.com





Introdução

Na literatura indígena produzida no Amazonas os escritores buscam inscrever os seus relatos na construção de uma nova história em que o indígena aparece não mais como coadjuvante, mas como agente dela. A escrita confirma a vontade de afirmação cultural e identitária das comunidades, através de narrativas plurais e híbridas.

Os nomes selecionados para a composição da nossa pesquisa são os de Umusin Pãrökumu e Tolamãn Kenhíri, Yaguarê Yamã, Roní Wasiry Guará, Lia Minápoty, Elias Yaguakãg, Jaime Diakara, Thiago Hakiy, Márcia Kambeba e Ytanajé Cardoso. Os dois primeiros são os autores de *Antes o mundo não existia* (1980), primeira obra escrita por indígenas no Brasil. Os demais, são autores com publicações mais recentes e que estão em plena atividade. Suas produções literárias, caracterizadas como autoria individual e coletiva, sugerem um grito de representatividade.

Uma preocupação dos estudos literários na atualidade são os problemas ligados ao acesso à voz e representação dos múltiplos grupos sociais (DELCASTAGNÈ, 2012). Para a estudiosa, a literatura brasileira apresenta uma perspectiva social enviesada. Os grupos sociais que estão excluídos da voz literária também não têm acesso a outros espaços de produção do discurso – a política, a mídia e o mundo acadêmico. Os escritores indígenas do Amazonas na atualidade, com todas as dificuldades no que tange a incentivos, estão assumindo seus lugares de fala. Discutem com propriedade temas que envolvem a coletividade, denunciam os abusos contra os povos originários e buscam disseminar as tradições.



Utilizam como matéria artística a vida na floresta, os mitos e os costumes de suas nações tribais. As relações que mantêm com os grandes centros urbanos e com elementos outros, advindos da modernidade, não interferem na forma de pensar os costumes e vivências da floresta. As novas experiências tornam-se aliadas da causa indígena. Sobre esse assunto, Dorrico (2017a) faz a seguinte observação:

Nesse conjunto literário indígena escrito pelos autores desde si mesmos, a partir de suas próprias culturas e levando-se em conta a situação de marginalização em que vivem, vemos uma constelação de formas e sentidos que se originam conforme a ancestralidade e as práticas adotadas (como a escrita alfabética) desde o contato com o “branco”. Os efeitos resultantes do contato não podem ser vistos como ambivalentes ou dicotômicos, nesse cenário, ou como uma imediata anulação da alteridade ameríndia, mas a partir do modo como, nessa relação, movimentam-se os escritores, as lideranças e os artistas e qual o sentido dessa relação na atuação estética e política deles enquanto diferença (DORRICO, 2017a, p. 222).

Os escritores da floresta proporcionam o encontro dos leitores, indígenas e não indígenas, como parte de uma história que não foi contada. A cultura é promovida a partir da oralidade, da tradição e da ancestralidade, e do testemunho do eu que fala de si e dos outros (DORRICO, 2017a). A ação de produzir literatura está relacionada ao engajamento político, na luta por terras demarcadas e direitos educacionais. Buscam, por intermédio da escrita ficcional, registrar o conhecimento ancestral produzido por suas comunidades. São informações que podem se perder no tempo com o falecimento de velhos e pajés, por



isso a necessidade de registrar. Os registros vão além das narrativas mitológicas, perpassam pela confecção de material didático e medicinal.

Segundo Souza (2018), esses registros informam ao povo brasileiro a cultura tradicional indígena, sua diversidade e realidade. Trata-se, ainda, de documentos reivindicatórios de políticas públicas junto ao Estado Nacional. Contudo, sob a ótica literária, oportunizam o contar da própria história e o narrar das tradições, desvirtuadas por estranhos e transformadas em folclorismos, modismo literário, justificativas nacionalistas etc., fatores prejudiciais as histórias sobre os povos originários. A dualidade dos textos indígenas em apresentar dois mundos – o mítico e o histórico – é uma forma de valorização dos elementos da cultura. Se por um lado o escritor reivindica seu direito à fala e apresenta novas versões sobre os fatos históricos, por outro, ele ficcionaliza as narrativas míticas de antigamente traduzindo a ancestralidade e as tradições da floresta em livros, utilizando uma linguagem simbólica e representativa.

Nesse sentido, é importante pensar o papel social do escritor/intelectual indígena, uma vez que é a literatura o instrumento utilizado para se autoafirmar. Ao discutir sobre essa questão, Dorrico (2017b) ressalta que os escritores encontram no campo literário possibilidades de reafirmar sua existência e resistência. Como figura representativa, o intelectual, como sugere Said (2005, p. 27), é alguém que visivelmente apresenta um certo ponto de vista e alguém que articula representações a um público, apesar dos empecilhos. São pessoas com vocação para representar, “seja escrevendo, falando, ensinando ou





aparecendo na televisão”. Essa realidade, ou melhor, essa luta, está presente em cada escritor indígena que produz ficção no Amazonas, quando associa a literatura com a sua militância. As informações de cada escritor, expostas a seguir, comprovam os objetivos em desfazer, através de suas obras, visões pré-concebidas, estereotipadas, acerca dos povos originários. Nessa direção, constituir-se como intelectual, conforme Bourdieu (1996), parte paradoxalmente da autonomia do campo e do ato inaugural de um escritor que, em nome das normas próprias do campo literário, intervém no campo político, constituindo-se como intelectual.

Quanto à situação dos escritores indígenas, esse é um tema que pouco se tem debatido. A escritora e crítica Graça Graúna (2013) enfatiza que esse não é um assunto sem relevância dentro das questões indígenas, haja vista que se trata de autores e autoras de diversas etnias, formadores de opinião, guardadores dos costumes, conhecimento ancestral, atuantes na luta por demarcação de territórios, na luta pela educação diferenciada, pelo direito de exibir sua arte, pelo direito à saúde, pelo direito de escrever uma outra história.

Evidenciadas as características pertinentes ao escritor/intelectual indígena, passemos agora a conhecer os nomes de quem escreve no Amazonas. Os critérios de escolha para figurar a lista perpassam pela atuação no campo literário local, número de publicação de alguns e circulação da sua produção no estado e no país.



Os escritores da floresta: quem são?

Umusin Pārōkumu e Tolamãñ Kenhíri

Os autores do primeiro livro indígena brasileiro são da etnia Desana. A obra que inaugura de fato a entrada dos indígenas no contexto literário é *Antes o mundo não existia* (1980), publicado pela Livraria Cultura Editora. O livro apresenta, a partir da perspectiva racionalista da civilização ocidental, o conjunto de mitos (*corpus mythorum*) da etnia. Os acontecimentos relatados, segundo Krüger (2005), podem ser dispostos na seguinte ordem: inicialmente, apresenta-se o *mito cosmogônico*, que é, por excelência, a criação do universo; depois, *os mitos de origem*, em que se incluem os heróis-civilizadores e dos quais deriva a organização social da tribo; por último, os *mitos de fim de mundo*.

O idealizador da obra foi Tolamãñ Kenhíri. As histórias começaram a ser registradas a partir de 1968 em língua Tucano. Para Lima (2018) estamos diante de um novo objeto material, ambivalente, um texto coletivo, um texto teatral de arquitetura religiosa que ultrapassa os alcances do conhecido nos estudos literários. “Um texto protético, ritual, cosmogônico, multidimensional e transformador como este obriga evidentemente a seus estudiosos a se utilizarem de amplos recursos interdisciplinares para sua elucidação” (LIMA, 2018, p. 27).



Yaguarê Yamã

A etnia com o maior número de escritores no Amazonas é a etnia Maraguá, que contabiliza ao todo cinco nomes. O que mais se destaca por sua extensa produção é Yaguarê Yamã. Escritor, professor e artista plástico, morou em São Paulo onde estudou e trabalhou em projetos pedagógicos envolvendo a temática indígena e ambiental. Desde que retornou à sua terra, milita no movimento indígena. O autor se vale de suas lembranças, principalmente as de seu pai, grande contador de histórias, para compor suas narrativas. No livro *Yaguarãboia: a mulher-onça* (2013), publicado pela Editora LeYa, há informações importantes sobre alguns hábitos de sua etnia. Direcionada ao público infantojuvenil, a narrativa revela a história de um casal que desobedece às normas de convivência entre os seus parentes. Como punição, a personagem principal é transformada numa criatura metade onça e metade humana, um ser assombroso da mitologia Maraguá. Além da história carregada de lições e simbologias, há informações importantes sobre esportes e brincadeiras praticadas pelos Maraguá.

Roní Wasiry Guará

Da etnia Maraguá, é escritor, ilustrador e artesão. Mora atualmente em Boa Vista do Ramos, cidade do interior do AM, onde é professor. Desenvolve trabalhos voltados para a sustentabilidade ambiental e humana. Além dessas ocupações, realiza palestras sobre a





cultura indígena na tentativa de conscientizar acerca da importância do respeito aos povos originários. Seu livro mais recente, *Olho d'água: o caminho dos sonhos* (2012), publicado pela Editora Autêntica, traz as descrições de ontem e de hoje de sua etnia, uma das poucas de origem Aruak no Baixo Amazonas. A narrativa, contada por um narrador em primeira pessoa, começa com descrições do tempo anterior à chegada dos colonizadores. As lembranças são de destruição e mudança nos hábitos. O cenário é composto por derrubadas, máquinas, fogo e poluição. Mas os tempos de paz igualmente são descritos pelo autor. Tempos passados em que os Maraguá celebravam a fartura na agricultura e na pesca. Os ritos são enfatizados com destaque para o da maior idade e do casamento. A obra alterna-se nas descrições de ontem e de hoje, possivelmente na tentativa de fazer o leitor refletir sobre a importância da preservação, seja dos costumes ou da natureza. O livro, ilustrado por Walther Santos, com desenhos feitos em aquarela e lápis de cor, venceu o 8º concurso Tamoios de Textos de Escritores Indígenas e ganhou os selos do Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual e da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil.

Lia Minápoty

É uma representante das mulheres indígenas que se reafirma na literatura. De origem Maraguá, nasceu na aldeia Yābetue'y, na área indígena Maraguapagy no rio Abacaxis. É uma das jovens lideranças das mulheres Maraguá, atuante e palestrante da causa indígena. Além de





escritora, leciona para crianças de sua aldeia. No livro *Lua-menina e Menino-onça* (2014), publicado pela Editora RHJ, Lia Minápoty aborda o amor, a amizade e o respeito. O casal, personagens da narrativa, são seres inanimados, míticos. Eles modificam as suas formas para que assim possam fazer companhia um ao outro. A partir da amizade, surgem muitas aventuras e, previsivelmente, nasce uma história de amor.

O enredo, acompanhado por ilustrações de Sryara Bernardi, permite uma leitura multimodal da obra, que explora ao máximo o contexto indígena amazônico. Uma característica peculiar da narrativa é a presença do elemento fantástico. Animais e pessoas estão no mesmo plano, todos pertencem à mesma Mãe Terra, à mesma floresta, à mesma natureza. Ao escrever uma narrativa baseada nas contações de histórias dos sábios Maraguá, a autora reafirma sua identidade indígena e divulga, a quem possa interessar, um universo de mitos em que homem e natureza dialogam de forma harmoniosa.

Elias Yaguakãg

De origem Maraguá, além de escritor, é professor, artista plástico e especialista em grafismos. Atua na causa indígena ministrando palestras sobre a temática ambiental. Grande propagador da sua cultura, vê na escrita uma forma de perpetuação para as novas gerações acerca dos conhecimentos de sua etnia. O objetivo central de sua escrita e dos trabalhos como ilustrador é divulgar a cultura de seu povo entre os leitores não indígenas. Seu primeiro livro é *Aventuras do menino Kawã* (2010),





publicado pela Editora FTD. O enredo gira em torno das peripécias do personagem Kawã, um menino indígena que mora em uma aldeia às margens do rio Abacaxis e deseja ser um grande caçador. Para conseguir tal intento, precisa passar por três provas: caçar uma onça-pintada, uma cobra-grande e um gavião-real. O desafio é aceito e cumprido com esmero pelo personagem, o que surpreende a todos os habitantes da aldeia. O rito é comemorado com grande festa para celebrar o título de *mirixawa* (caçador-mor).

O livro é dividido em capítulos que representam as etapas do rito vivenciado pelo personagem. A narrativa é ilustrada pelo próprio autor, que se vale de símbolos pertencentes à sua etnia. Os grafismos são coloridos com representações de formas tribais. A obra apresenta ainda um glossário de palavras indígenas, regionalismos amazônicos e símbolos pertencentes aos Maraguá.

Jaime Diakara

Do povo Desana-Wahari Diputiro Porã, é escritor, professor, agente cultural, conhecedor da cosmologia Desana, contador de história e ilustrador. Venceu o concurso da coleção PROARTE de literatura de 2013, realizado pela Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas, além de vencer também o concurso Tamoios de 2012, dirigido a escritores indígenas. Jaime Diakara é autor do Calendário Lunar do povo Desana. Seu primeiro livro publicado é *Yahi puíro ki'ti: a origem da Constelação da Garça* (2011). Ilustrado por Thalles Alexandre, foi publicado pela





Editora Valer como parte da coleção “Nheengatu – narrativas indígenas”. Nessa obra, a contribuição de Diakara para os leitores é a escrita de um mito de sua comunidade. O autor apresenta as descrições de alguns hábitos de sua etnia. Conforme consta no texto, os Desana-Wahari Diputiro Porã acompanham as estações do ano através das constelações e do tempo de amadurecimento das frutas.

O mito de origem apresentado é o da chuva e da constelação denominado pelos Desana de “A Constelação da Garça”. A chuva e a constelação surgem a partir da morte da Garça de Abiu, a mais bonita de todas, considerada o rei das Garças. A chuva se originou do choro dos irmãos. A partir disso, decidiram transformar seu sangue numa chuva para relembrar a primeira morte dos seres vivos depois da criação do mundo e deixar o corpo da garça bem no centro do universo para recordar seu reinado, fenômeno que explica a primeira constelação do ano para os Desana. O autor, como estudioso da astronomia de seu povo, traz para a obra inúmeras informações sobre as estações do ano, período de fartura de peixes, chuvas etc. Fenômenos sempre justificados pelo mito.

Thiago Hakiy

Nascido em Barreirinha, cidade do interior do Amazonas, descende do povo Sateré-Mawé. Graduado em Biblioteconomia pela Universidade do Federal do Amazonas (UFAM), Thiago Hakiy é poeta, escritor e contador de histórias indígenas. A trajetória do autor comprova que a divulgação e o lugar social ocupado por quem produz essa literatura





condicionam a reafirmação das identidades, anteriormente não assumidas ou rechaçadas. A partir da criação de associações indígenas e fomentos ele assume esse novo estilo. Anterior a isso, produzia literatura de temática não indígena.

Nessa nova vertente, foi vencedor do concurso Tamoios de Textos de Escritores Indígenas. Na obra *Awyató-pót: histórias indígenas para crianças* (2011), publicada pela Editora Paulinas, o autor aborda as aventuras do guerreiro Mawé. Nesses relatos, é possível perceber como sua etnia explica alguns fenômenos como a origem da noite e a criação do rio Andirá, território de grande concentração dos Sateré-Mawé. A obra inicia com o nascimento de Awyató-pót, guerreiro destemido, filho de uma humana com um gavião-real. O personagem é dotado de habilidades: sabe caçar, pescar. É ele quem resgata das serpentes a noite aprisionada em um caroço de tucumã. São muitas as aventuras do personagem indígena, que termina a narrativa transformado-se em Jacaré-açu. O livro, como sugere o título, é dedicado ao público infantil. As ilustrações feitas por Maurício Negro são bem elaboradas e contribuem para o embelezamento da narrativa.

Márcia Kambeba

Nascida na Aldeia Ticuna, no Alto Solimões, pertence à etnia Omágua/Kambeba. É geógrafa, escritora, compositora, atriz, fotógrafa e atua como palestrante da causa indígena. A autora intitula seu trabalho como literomusical, já que a música é uma de suas paixões. Sua poesia é





de temática ambiental, voltada para a valorização da cultura e da militância indígena. Seu livro de poemas é *Ay Kakyri Tama: eu moro na cidade*, publicado em 2013 pela Grafisa Gráfica e Editora. Nessa obra, a autora reúne poemas e fotografias exaltando a cultura e resistência indígenas. Salienta o fato de que o indígena viver na cidade não significa o afastamento dele das questões relacionadas a sua cultura e a sua ancestralidade. Desse modo, ao escrever ficção, Márcia Kambeba ressalta a necessidade da autoafirmação e manutenção da cultura dos Omágua/Kambeba.

O livro é um testemunho dos problemas e questões enfrentadas pelos povos indígenas que vivem nos centros urbanos. Benedito Maciel, ao apresentar a obra, revela que se trata de um livro documento, uma lição de vida e cidadania. Mais uma resposta inteligente dos Kambeba ao mundo dos brancos.

Ytanajé Cardoso

O autor faz parte da nova geração dos Munduruku do Estado do Amazonas. Deixou sua aldeia em busca de decifrar os códigos dos brancos. Assumiu o compromisso desde a adolescência de não deixar morrer a cultura de seu povo. Com graduação e mestrado em Letras, pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA/PPGLA), estreia na ficção com o livro *Canumã: a travessia* (2019). O romance, publicado pela Editora Valer, registra a preocupação do autor com o futuro de sua etnia. O cenário em que a narrativa se desenvolve é a aldeia Munduruku.





Narrado em primeira pessoa, a obra é rica em descrições dos festejos, da chegada da tecnologia à comunidade, da necessidade de sair do lugar de origem para estudar na cidade, da invasão dos missionários e muitos outros desafios vivenciados pelos moradores da aldeia. De forma original, o autor apresenta o seu povo e os problemas mais urgentes da etnia, que é a preservação da língua e dos costumes. A narrativa é encerrada com as descrições da morte de um grande sábio, um momento reflexivo, cheio de metáforas sobre a ideia de preservação da cultura. A obra é uma importante contribuição para a remição e manutenção das identidades indígenas. Também é destaque por pertencer ao gênero romance, quase inexplorado pelos escritores indígenas no Brasil.

Para além das biografias

Dentro desse número de escritores apresentados é importante mencionar, assim como fez Regina Dalcastagnè (2012), ao pesquisar os “personagens do romance brasileiro contemporâneo”, o número reduzido de mulheres indígenas que escrevem/publicam. Ainda não é possível detectar os motivos para o presente quadro. Não conseguimos afirmar se o papel passivo da mulher indígena, dentro das suas comunidades, ou a falta de políticas de incentivo para a publicação, voltadas para o gênero feminino, prejudicam a sua projeção no campo literário. É, todavia, uma questão relevante e que precisa ser explorada. Nesse sentido, acreditamos que ainda é cedo para fazermos cotejo entre números de escritores homens e mulheres indígenas, mesmo sabendo que o mercado editorial tem uma





inclinação e preferência por escritores homens, como aponta Delcastagné (2012) em sua pesquisa. Diante disso, acreditamos que ao longo dos próximos anos, com a presença de mulheres indígenas cada vez mais nas esferas da sociedade, esse panorama possa mudar.

Dalcastagnè (2012) assegura que ao mesmo tempo em que vão se fazendo escritoras, as mulheres também figuram como objetos da representação literária, tanto de autores homens quanto de outras mulheres. De tal modo, a narrativa indígena se constitui como um espaço fecundo para pensarmos o papel da mulher indígena no Brasil hodierno. Contudo, fato é que a partir do mapeamento da produção literária escrita por indígenas é possível afirmar que essa segue o mesmo caminho do que está determinado pelo cânone ocidental: predominantemente masculino.

Outras constatações que se colocam, a partir do mapeamento da literatura indígena no Amazonas, e que possibilitam verificar como é constituído o campo, está no fato de que os escritores indígenas possuem outras profissões, o que significa dizer que não vivem exclusivamente da literatura, quer seja com a venda de livros e/ou palestrando acerca do seu fazer literário, realidade entre escritores indígenas e não indígenas.

A profissão de professor é a mais numerosa em meio aos autores selecionados, fator que comprova a importância da educação escolar indígena nessas comunidades. Os cursos de formação de professores auxiliam no processo de manutenção da cultura e promovem o surgimento de novos escritores. Compreendemos que os escritores são frutos desse processo. A aquisição da língua portuguesa permite a interação com um



público diverso, que precisa conhecer a cultura dos povos originários do Brasil.

Outras particularidades sobre os escritores em atividade comprovam-se na idade, na concentração geográfica e na época em que se situam as narrativas. No que tange à idade, a maioria é jovem e possui pouco tempo na atividade de escritor. Com exceção de Umusin Pārōkumu e Tolamãn Kenhíri, todos os outros nomes começam a fazer parte do cenário literário a partir dos anos 2000. Contudo, o número de escritores vem aumentando a cada ano, a partir da promulgação da Lei 11.645/2008 e da criação de associações de escritores indígenas.

Quanto à concentração geográfica podemos afirmar que a maioria reside em cidades no interior do Estado do Amazonas. As idas constantes para a capital e para outras cidades fora do Estado são fruto de encontros de escritores e eventos da militância indígena no país. Há um trânsito constante, seja para buscar uma melhor formação ou para divulgar suas produções. Os textos produzidos, a partir da experiência indígena nas aldeias, são representações múltiplas e variadas em estilos, símbolos e linguagens. Os autores da floresta refletem, em cada página escrita, a diversidade das várias tradições, construindo, portanto, suas poéticas de escrita e libertação (GUESSE, 2014). A aldeia, assim como a vida na floresta, é tema de inúmeras narrativas. A aldeia é representada como experiência do lugar, mas não um lugar fixo, identificável. Um lugar que é um texto, em vias de se desfazer a cada pronúncia, porque tem a natureza da palavra (ALMEIDA, 2009, p. 67). Narrar o dia a dia na aldeia é uma forma básica de se estabelecerem no espaço do livro. Eles fazem,





intuitivamente, a síntese entre a aldeia e a escola, entre o real e o simbólico e criam, no imaginário dos leitores, a própria vida vivida (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004).

Quando os escritores indígenas saem do espaço da floresta/aldeia objetivando a formação superior, fazem do conhecimento uma ferramenta não apenas de registro, assim como de informação. A escrita é compreendida como uma possibilidade do pensamento reflexivo, “percebem a literatura como um instrumento de crítica e de compreensão de uma cultura que é receptiva e a utilizam para dar visibilidade à sua luta e resistência” (KAMBEBA, 2018, p. 40). Na escrita dos povos da floresta estão as influências dos espíritos ancestrais, dos entes encantados, por isso essa produção é percebida com um valor material e imaterial.

As obras produzidas se localizam, em sua maioria, no tempo fabuloso. A partir da coleta e recriação das narrativas míticas de suas etnias, os escritores dão a conhecer para a sociedade várias versões sobre a origem do mundo, da noite, dos animais etc. Conforme Kambeba (2018), os escritores existem para esse fim, para deixar aos mais novos um legado. Os registros deixados serão os responsáveis pela continuidade da composição do sagrado, do espaço mítico que está em si, dos padrões culturais e elementos estilísticos dos povos indígenas.

Além das narrativas orais e dos livros, há outros recursos para divulgar as suas produções literárias. Os escritores adotam cada vez mais ferramentas midiáticas para reafirmarem suas práticas literárias nos espaços do saber. A organização de *sites* e *blogs* que discutem a temática indígena já é comum entre as sociedades tribais. A utilização dessas



ferramentas são também formas encontradas para mostrar que a produção ficcional é de estilo universal e não voltada somente para um leitor específico. Os indígenas cada vez mais aparecem no mercado editorial em produções teatrais, em documentários, em fundações culturais e organizações não governamentais representativas, com o intuito de concretizar a revisão e a difusão da sabedoria atual e milenar dos povos e, “por extensão, difundir o saber ancestral e contemporâneo dos parentes indígenas na América” (GRAÚNA 2013, p. 81).

Nessa perspectiva, é possível dizer que os escritores da floresta que vivem nos centros urbanos cultivam a ancestralidade mesmo longe da aldeia. É possível encontrar os seus perfis nas redes sociais – *blogs*, *facebook* e *twitter*. Eis um dos desafios dos indígenas na atualidade: superar a imagem de exótico, selvagem e inimigo das tecnologias.

Os incentivos para publicação

A extensa quantidade de livros indígenas publicados e comercializados por editoras de grande porte é uma realidade. O motivo do interesse está, entre outras questões, relacionado a leis, planos, incentivos de ONGs e programas de Alfabetização voltados à causa indígena.

Em ordem cronológica, citamos os concursos “*Tamoios*” e o “*Curumim*”, implementado junto a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ). O primeiro, é direcionado a autores indígenas ou a quem possua filiação indígena. O intuito de sua realização é o fortalecimento da





cultura dos povos originais do país (1). O segundo, é dirigido a professores e educadores, residentes no Brasil, que trabalham com a promoção de obras literárias de autoria indígena. São selecionados projetos de leituras de livros indígenas com crianças e jovens, registros das experiências em sala de aula, bibliotecas públicas, oficinas culturais etc. (2). Ambos os concursos, realizados em parceria com o Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual – INBRAP, integram uma série de projetos que incentivam a leitura literária para crianças e jovens. As competições artísticas foram motivadas por dois grandes acontecimentos: “Década dos povos indígenas em todo o mundo (1994-2004)” e “2ª Década dos povos indígenas de todo o mundo (2005-2015)”, proclamadas pela ONU (3). Desde suas criações até a atualidade, escritores do Amazonas já foram contemplados, entre eles citamos Yaguarê Yamã, Tiago Hakiy e Jaime Diakara.

Outra conquista para a causa indígena e para a circulação de obras na escola foi a promulgação da Lei 11.645/2008. A escolarização se consolida a partir da obrigatoriedade dos estudos das histórias e culturas indígenas e africanas no contexto da sala de aula. Para Silva (2012), a promulgação dessa Lei possibilita estudar, conhecer e compreender a temática indígena, superar a falta de informação, os equívocos e ignorância que faz resultar em preconceitos. Além disso, o autor vê em sua efetivação mudanças em antigas práticas pedagógicas, bem como no favorecimento de novos olhares sobre as manifestações culturais desses povos.



É fato que a implementação da Lei possibilitou novos olhares. Exemplo disso é o interesse das editoras em publicar obras de temáticas indígenas. A escassez de material sobre os povos indígenas, assim como a crescente demanda, fez com que as editoras apoiassem os novos escritores, firmando parcerias com ONGs e associações. A partir de 2008, é visível o aumento de autores e obras no Amazonas. Nesse novo cenário, citamos como exemplos de atuação a ONG Opção Brasil, que desenvolve trabalhos sobre a cultura indígena e promoveu parcerias para a publicação de obras; a Associação DIROÁ que, criada em junho de 2013, promove o fortalecimento do movimento de escritores e artistas indígenas no Brasil e o Instituto UKA, que impulsiona encontros para discutir o papel dos escritores na atualidade. As ações realizadas por essas entidades contemplam quase sempre os escritores do Amazonas, que participam ativamente de todas as atividades.

Dentro desse contexto, é importante mencionar os programas de formação de professores indígenas subsidiados no Estado, que contribuem com a feitura e a publicação de obras indígenas, revelando, desse modo, novos escritores, seja de ficção ou não. As orientações legais determinam que sejam os próprios indígenas os elaboradores das propostas pedagógicas e professores das escolas. Nessa perspectiva, o Governo Federal financia programas nas estruturas das secretarias estaduais de educação-SEDUC (SOUZA, 2018). No Amazonas, especificamente, foi constituído o Programa de Educação Escolar Indígena – Pirayawara, com projetos de ações, dentre os quais o Projeto de Formação de Professores Indígenas e Produção e Editoração de Material Didático-Pedagógico.



Souza (2018) acrescenta ainda que foram criados aditivos financeiros para implementar as políticas de publicação de livros para escolas indígenas, por meio do Plano Nacional do Livro Didático Indígena-PNLDI.

Outra forma de incentivo que contemplou escritores do Amazonas e de todo o Brasil foi a criação do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) Indígena. A implantação desse programa fomentou a literatura infantil e juvenil. O edital, aberto em 2014, objetivava a convocação de editores para o processo de inscrição de obra literária sobre a temática indígena, incentivo para criação da arte verbal reveladora da diversidade sociocultural dos povos indígenas brasileiros (BRASIL, 2014).

No edital de 2015, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) deveria selecionar acervos literários com até 25 títulos para serem distribuídos nas escolas indígenas de todo o país (BRITTO, SOUSA FILHO, VIEIRA, 2018, p. 16). Segundo os referidos pesquisadores, o PNBE Temático atendeu a 59.845 escolas brasileiras e se empenhou na publicação e distribuição dos acervos a cifra de R\$ 24.265.820,34. É mais ou menos esse o montante aprovado em 2014 para os gastos com o PNBE Indígena. Mediante os incentivos de instituições não governamentais e a aprovação da Lei 11.645/2008, assim como o PNBE Indígena, são perceptíveis o estímulo ao mercado editorial, ao consumo e a recepção dessa literatura. Entretanto, é preciso pensar na qualidade dessas obras, que muitas vezes são produzidas sob um viés ideológico nos moldes ocidentais apenas para atender a critérios das instituições.



Quem publica e onde publica?

A publicação de obras indígenas no Brasil ainda é considerada um processo muito recente. O interesse das editoras por essa literatura perpassa por inúmeros pontos, desde a questão econômica, que visa o mercado editorial e a produção de livros, que versam sobre a temática indígena para o cumprimento de leis, até o surgimento de novos nomes e formação de um campo capaz de atrair olhares da crítica autorizada. Como propõe Bourdieu (1996), o campo literário tende a organizar-se a partir de dois princípios de diferenciação; independentes e hierarquizados que correspondem a oposição entre a produção pura, destinada a um mercado restrito aos produtores, e a grande produção, dirigida para a satisfação das expectativas do grande público. A partir da compressão do crítico, é possível dizer que as editoras estão interessadas em atrair o grande público, o que muitas vezes não condiz com os anseios dos escritores, mas eles são obrigados a ceder às regras impostas pela dinâmica do campo. Nesse contexto, é importante questionar quem está apto a produzir e onde essas obras estão sendo publicadas.

O escritor indígena, como profissional representante de um grupo étnico, busca enfatizar as histórias e reafirmar a cultura das etnias por meio da sua produção. De tal modo, compreendemos que a literatura indígena é composta pelo saber coletivo. Sendo assim, o escritor que ousa lançar-se como representante de uma etnia, precisa estar autorizado a falar do seu grupo étnico. Precisa, antes de tudo, fazer parte ativamente das lutas indígenas e não visar somente o lucro. Os escritores indígenas do



Amazonas, citados nesse artigo, têm algo em particular. Além da escrita como elemento político, são ativistas, perfil de quem publica literatura indígena no território brasileiro.

Todavia, é preciso olhar para esses sujeitos e discutir sua situação histórico-social. No caso especificamente do escritor indígena, as editoras que atuam no Amazonas demonstram pouco interesse por essa produção, fator que provoca a procura por casas editoriais fora do estado, mais especificamente do eixo Rio-São Paulo.

Além das dificuldades para a publicação, os problemas relacionados à remuneração devem ser igualmente considerados. Pierre Bourdieu (1996, p. 257) acerca da questão valorativa, entende que a profissão de escritor ou de artista é uma das menos codificadas que existem; pouco capaz de definir (e de alimentar) completamente aqueles que dela se valem e que, com muita frequência, só podem assumir a função que consideram como principal com a condição de ter uma profissão secundária da qual tiram seu rendimento básico. Essa ideia, discutida pelo crítico, se confirma quando verificamos que os escritores indígenas selecionados para esse estudo possuem uma segunda profissão, realidade verificada na maioria dos autores que escrevem literatura. Desse modo, o mercado não oferece possibilidades para esses indivíduos dedicarem-se unicamente ao ofício de escritor, o que pode desestimular a classe e impedir o surgimento de novos nomes.

A falta de estímulos do mercado e a ausência de apoio governamental fizeram os escritores, no início desse movimento, enfrentar o mercado editorial por conta própria. Foram levados, graças as





circunstâncias do mercado, a produzir uma literatura alternativa, independente (GRAÚNA, 2013). Em Bourdieu (1996, p. 244), observamos que as relações que os escritores mantêm com o mercado, cuja sanção anônima pode criar entre eles desigualdades sem precedente, contribuem, sem dúvida, para orientar a representação ambivalente que tem do "grande público". Essa análise das relações entre o campo literário e o campo de poder, que acentuam as formas e os efeitos, diretos ou invertidos, da dependência, não deve fazer esquecer o que constitui um dos efeitos maiores do funcionamento do mundo literário como campo.

Nesse processo de publicação e circulação das obras indígenas, as editoras têm papel importante. Antes da entrada desses escritores no mercado dos livros, os textos que circulavam eram obras escritas por quem não conhecia e nem convivia com a cultura indígena. O que se pode considerar como uma violência epistêmica, que consiste na construção de estereótipos que prejudicam a alteridade dos grupos indígenas por um cânone e instituições, pesquisadores/editoras/mídia/leitores (DORRICO, 2017b). Para Souza (2018), as editoras deveriam estar mais preocupadas com a qualidade desses textos. Equívocos foram cometidos no passado e causaram prejuízos diretos aos povos indígenas. Ele enfatiza

[...] que tem muita gente séria e comprometida com uma literatura de qualidade e que expresse os aspectos reais e positivos das culturas indígenas. Mas, nas florestas dos livros, existem os puçungas e buchudos, que, sem nenhum critério e respeito, se apropriam indevidamente desses conhecimentos, fingindo-se de inocentes e inofensivas ovelhas... São os *tracoar* – seres de fome insaciável, seres que têm o poder de misturar tudo e confundir as pessoas,





levando-as a acreditar que o que se diz e escreve são pura verdade (SOUZA, 2018, p. 70).

O trabalho das editoras é barrar as ações de agentes culturais, pesquisadores etc., que tentam apropriar-se da cultura indígena. Nesse contexto, é necessário questionar a respeito da autoria, dos direitos e da propriedade destas histórias. Quem realmente está escrevendo sobre a cultura indígena? A quem devem ser pagos os direitos autorais das histórias? (SOUZA, 2018). Os questionamentos feitos pelo estudioso também são nossos, na medida em que temos conhecimento do assédio aos povos indígenas, fato que não se estende somente sobre suas terras, mas sobre o seu imaginário e conhecimento ancestral. São essas lutas internas capazes de definir a posição dos escritores no campo literário.

No panorama atual, fase representativa para a produção literária escrita por indígenas, questões econômicas e relações sociais, culturais e políticas, que formam o capital simbólico (BOURDIEU, 2012), determinam a posição e a circulação do autor e da sua obra. Por isso, investigar as complexas relações entre a produção dos livros e sua circulação, bem como verificar a ação do setor editorial são necessários para confirmarmos o quanto elementos externos contribuem, ou mesmo determinam, a legitimação de uma obra literária.

Considerações finais

A partir do exposto, compreendemos que a literatura indígena é um espaço vasto e repleto de possibilidades. Para os representantes das





culturas tribais, escrever significa mostrar outras versões da vida ameríndia. O poético torna-se, nas mãos dos escritores, um instrumento político porque é feito em nome de uma coletividade.

Os povos indígenas querem se ver representados em suas obras, mais do que isso, usam a literatura para falar de lutas e desfazer visões pré-concebidas, formuladas ao longo do tempo. Nesse sentido, os textos possuem uma íntima relação com os saberes ancestrais e com as lutas que reivindicam o direito à voz. A partir dos autores e livros selecionados, é possível dizer que se diferenciam de toda a produção anterior a escrita do primeiro livro indígena no Brasil, datado de 1980, *Antes o mundo não existia*. O diferencial é a própria voz do indígena como personagem e autor de suas histórias. Esses autores enxergam a literatura como um espaço cultural e de manutenção das suas identidades.

No Amazonas, a literatura escrita por indígenas é ampla e desconhecida. Algo paradoxal em uma região de forte descendência autóctone. Essa problemática de desconhecimento está atrelada à falta de incentivos locais para a publicação dessas obras. Os incentivos só abrangem a produção de livros didáticos. Quanto as obras dos autores em atividade são, em sua maioria, publicadas em outras regiões. Mesmo diante desse cenário, as etnias buscam publicar seus livros em parcerias com ONGs e institutos, que enxergam as poéticas indígenas como um caminho para o compartilhamento e expansão do conceito de literatura.

A partir do mapeamento realizado, compreendemos que esses grupos estão percebendo a importância de registrarem seus conhecimentos em livros, documentários, cartilhas e meios digitais. Essa literatura, escrita



e pensada a partir dos padrões estéticos das etnias, apropria-se de outras formas literárias e modelos.

A busca por legitimidade está em poder falar em nome de uma coletividade, em apresentar obras que versam sobre as realidades das comunidades. Os autores constroem suas literaturas a partir de uma dialética que envolve manifestações culturais e os conceitos universais de literatura. Estão em trânsito contínuo entre a aldeia e a cidade. Absorvem o que acham importante das culturas cosmopolitas e agregam as suas produções.

As obras apresentadas contemplam inúmeros temas em que o mito é o objeto fulcral. Apresentam uma variedade de histórias sobre a criação do universo, dos heróis e da origem das coisas. Os mitos presentes trazem respostas as etnias sobre o que são hoje, justificam comportamentos e fenômenos naturais ou sobrenaturais. Com a apropriação da escrita em língua portuguesa, as narrativas passam do âmbito oral para o escrito, fazendo parte da cultura dos livros impressos ou digitais. Além disso, a escrita dos mitos possibilita que as narrativas sejam conhecidas pela sociedade hegemônica.

Finalizando nossas considerações, afirmamos que existe uma produção significativa de obras indígenas no Amazonas, que precisa ser lida e discutida na esfera acadêmica. O percurso histórico, crítico e analítico está em desenvolvimento, intencionando a formação de um campo de estudo sobre a literatura indígena. Acreditamos no valor social e necessidade da ampliação dessa pesquisa, pois além de uma contribuição



para a valorização das poéticas indígenas é um registro para quem deseja desbravar outras possibilidades de um campo literário fértil e promissor.

Referências

ALMEIDA, Maria Inês de, QUEIROZ, Sônia. **Na captura da voz**: as edições da narrativa oral no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica: FALE/UFMG, 2004.

_____. **Desocidentada**: experiência literária em terra indígena. Belo Horizonte: Editora UFMAG, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia da Letras, 1996.

_____. **O poder simbólico**. 16. ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRITTO, Tarsilla Couto de, SOUSA FILHO, Sinval Martins de, VIEIRA, Gláucia Cândido. O avesso do direito à literatura: por uma definição de literatura indígena. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, n. 53, p. 177-197, jan./abr. 2018.

CARDOSO, Ytanajé Coelho. **Canumã**: a travessia. Manaus, Editora Valer, 2019.

DELCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea**: um território contestado. Vinhedo, Editora Horizonte / Rio de Janeiro, Editora da UERJ, 2012.

DIAKARA, Jaime. **Yahi puíro ki'ti**: a origem da constelação da garça. Manaus: Valer, 2011.





DORRICO, Julie. A oralidade no impresso: o ‘eu-nós lírico-político’ da literatura indígena contemporânea. **Revista Boitatá**, Londrina, n. 24, p. 216-233, ago./dez. 2017a.

_____. Literatura Indígena e seus intelectuais no Brasil: da autoafirmação e da autoexpressão como minoria à resistência e à luta político-culturais. **Revista de estudos e pesquisas sobre as Américas**. n. 3, p. 114-136, 2017b.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da Literatura Indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

GUARÁ, Roní Wasiry. **Olho d’água: o caminho dos sonhos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GUESSE, Érika Bergamasco. **Shenipabu Miyui: literatura e mito**. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2014.

HAKIY, Tiago. **Awyató-pót: histórias indígenas para crianças**. São Paulo: Paulinas, 2011.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **Ay Kakyri Tama: Eu moro na cidade**. Manaus: Grafisa Gráfica e Editora, 2013.

_____. Literatura indígena: da oralidade à memória escrita. In: DORRICO, Julie *et al.* (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 39-44.

KRÜGER, Marcos Frederico. **Amazônia: mito e literatura**. 2.^a ed. Manaus: Valer / Governo do Estado do Amazonas, 2005.





LIMA, Carlos Emílio Correa. **Antes o mundo não existia**: o livro da outra origem do mundo. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2018.

MINÁPOTY, Lia. **Lua-menina e menino-onça**. Belo Horizonte: RHJ, 2014.

PÃRÕKUMU, Umusi, KEHÍRI, Torãmu. **Antes o mundo não existia**: a mitologia dos índios Desâna. 1. ed. São Paulo: Livraria Cultura, 1980.

SAID, Edward. **Representações do intelectual**: as Conferências Reith de 1993. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Edson. O ensino de História indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 2, p. 213-223, 2012.

SOUZA, Ely Ribeiro de. Literatura indígena e direitos autorais. In: DORRICO, Julie *et al.* (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea**: criação, crítica e recepção. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 51-74.

YAGUAKÃG, Elias. **Aventuras do menino Kawã**. São Paulo: FTD, 2010.

YAMÃ, Yaguarê. **Yaguarãboia**: a mulher-onça. São Paulo: LeYa, 2013.



Referências digitais

BRASIL (2014). Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Edital PNBE Indígena 2014**. Disponível em: <https://goo.gl/AoEMZ5>. Acesso em: 07/05/2019.

BRASIL. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 10/09/2019.

Notas

- (1) Cf.: <http://www.fnlij.org.br/site/concursos-fnlij/item/21-concurso-fnlij-tamoios-de-textos-de-escritores-ind%C3%adgenas.html>
- (2) Cf.: <http://www.fnlij.org.br/site/concursos-fnlij/item/17-concurso-fnlij-curumim-leitura-de-obras-de-escritores-ind%C3%adgenas.html>
- (3) Cf.: www.fnlij.org.br/site/. Acessado em 05/04/2020.